

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

NATUREZA, POLÍTICA E NAÇÃO NO RIO SÃO FRANCISCO: UMA HISTÓRIA DO EPÍTETO “RIO DA UNIDADE NACIONAL” E SEU IMPACTO NA TRANSFORMAÇÃO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO, 1900-1940

Jorge Lucas Simões Minella
University of Massachusetts Amherst
jminella@umass.edu

No livro *Rivers, Memory, and Nation Building*, a historiadora Dorothy Zeisler-Vralsted faz uma história comparativa dos rios Mississipi e Volga e aponta como esses rios contribuíram para a emergência de narrativas nacionais nos Estados Unidos e na Rússia. A autora sugere que a memória histórica sobre tais rios se revela, também, pelos seus epítetos (ZEISLER-VRALSTED, 2015, p. 19). Portanto, historicizar o epíteto de um rio oferece uma janela para a relação histórica entre as sociedades ou nações e seus rios: quando surgiu o epíteto? Quem o cunhou? Como se popularizou? Para que serve ou serviu? Que ideias sintetiza?

O epíteto “rio da unidade nacional” acompanha o rio São Francisco em praticamente qualquer produção sobre ele. Se atribui a origem do epíteto à relação entre a localização geográfica do rio e o processo histórico de ocupação do território colonial brasileiro. Nos séculos XVII e XVIII o rio contribuiu para a unidade territorial da colônia por facilitar a interiorização da pecuária e ligar as zonas canavieiras com os distritos mineiros. Essa conexão entre importantes centros econômicos e políticos do Brasil foi mantida e consolidada durante o Império. Estudiosos do rio São Francisco como Vanessa Maria Brasil, Gercinair Gandara, Jairo Luna, e Gabriel de Oliveira apontam como o Império, e em particular o Segundo Reinado, valorizou a posição estratégica do rio para a manutenção da unidade territorial, investindo em estudos hidrológicos, obras de navegabilidade, e construção de ferrovias em direção ao médio e submédio São Francisco (BRASIL, 2008, 2010; GANDARA, 2011, 2013; LUNA, 2014; OLIVEIRA, 2015).

No entanto, seria prematuro atribuir ao período imperial o entendimento do rio São Francisco como “rio da unidade nacional”. Em seu contato com o São Francisco, agentes imperiais ligados à exploração, estudos hidrológicos, projetos de melhoramentos, e construção de ferrovias produziram documentos que explicitam suas visões

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

fundamentalmente negativas sobre o vale do São Francisco e seu povo, apesar das promessas de riqueza futura.

Para os observadores imperiais do período entre 1850 e 1880, em sua maioria engenheiros e militares, as características do ambiente e a composição racial da população são franciscana interagiam de modo determinista. Não brancos, os habitantes do São Francisco eram pouco “industriosos”, e se mantinham “primitivos”, de “espírito rotineiro”, “indolentes” e “depravados” devido à facilidade de subsistência proporcionada pelo rio. Com a pesca abundante, agricultura de subsistência nas planícies de aluvião e nas ilhas férteis, acesso às féculas do sertão, e falta de meios de transporte modernos não havia motivo para o desenvolvimento de qualquer senso de acumulação de riqueza, relações de mercado, ou hábitos de trabalho regular (ARAÚJO, 1872, p. 47–50; HALFELD, 1860, p. 5–37; ROBERTS, 1880, p. 53–55; SILVA, 1936, p. 3–155).

A introdução da navegação a vapor, esperavam as autoridades imperiais, começaria a mudar esse quadro em parte por se tornar um fator de atração de imigrantes brancos, menos adaptados ao meio ambiente do vale do São Francisco e, portanto, propensos a espalhar pelo interior a civilização do litoral. Portanto, apesar de reconhecido como possível rota de manutenção da integridade territorial, os documentos gerados a partir do encontro do Império com o São Francisco o consideram uma anti-nação. O São Francisco era visto como o oposto da representação de país moderno e científico que as elites intelectuais do Segundo Reinado buscavam construir (SCHWARCZ, 1993, p. 41–55). Essa visão sobre o rio mudou no começo do século XX e se revela pela análise da história da elaboração e popularização do epíteto “rio da unidade nacional”.

Este trabalho mostra que o epíteto surgiu e se popularizou no final da década de 1930, em um contexto de ampla transformação política e social. O epíteto “rio da unidade nacional” sintetizou elaborações sobre o rio publicadas por historiadores e engenheiros entre as décadas de 1900 e 1930. Depois, na década de 1940, o epíteto “rio da unidade nacional” deu base comum a diferentes atores que defenderam a transformação do vale do São Francisco por um plano estatal de desenvolvimento regional. O plano baseava-se na construção de represas para o controle do regime hidrológico do São Francisco, o que transformaria o rio e seu vale em fonte para agricultura irrigada em larga escala, geração

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

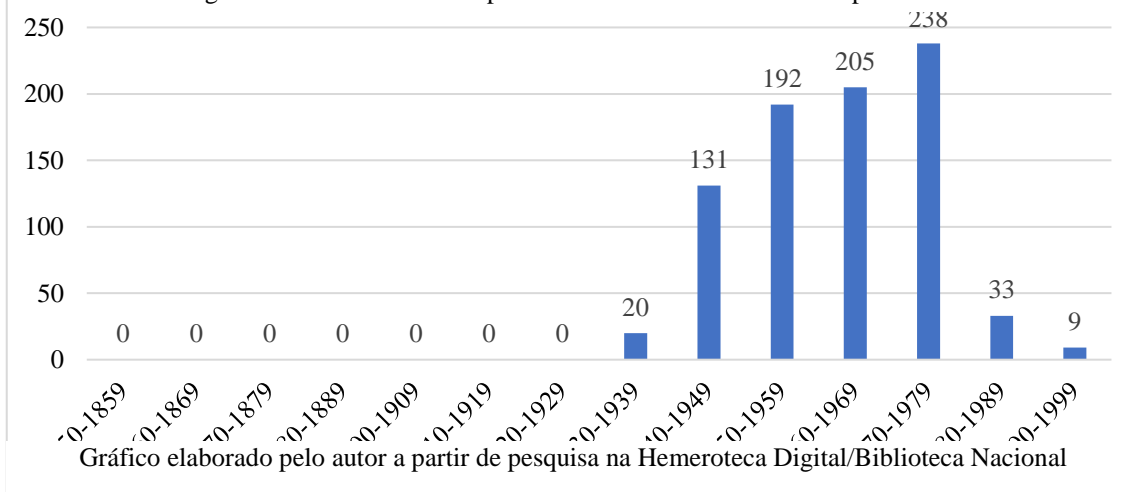
3

de hidroeletricidade, e moderna hidrovía (COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1950).

Uma busca pela expressão “rio da unidade nacional” na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional¹, que inclui milhares de periódicos do final do século XVIII até os tempos atuais, indica a primeira aparição do epíteto em 1937, associado ao livro *O Rio da Unidade Nacional*, publicado naquele ano (CARVALHO, 1937). Escrito pelo jornalista e cientista político mineiro Orlando Magalhães de Carvalho e publicado pela Companhia Editora Nacional, dentro da coleção *Brasiliana*, o livro foi amplamente discutido na imprensa de todo o país entre 1937 e 1939 (“Bibliotheca publica: obras adquiridas durante o mez de setembro”, 1938; “Livros novos”, 1937; “Navegação no São Francisco”, 1938; “Seara alheia”, 1937; LACERDA, 1938; MEDEIROS, 1939).

Portanto, o início e crescimento do uso da expressão “rio da unidade nacional” associada ao rio São Francisco está ligada ao livro de Orlando de Carvalho, que publicou suas impressões sobre o rio após viajar de Pirapora (MG) a Juazeiro (BA) em um vapor em 1936. O quadro a seguir mostra a ascensão e queda do uso do epíteto nos periódicos disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital, sendo que as ocorrências da década de 1930-1939 são todas posteriores à publicação do livro de Orlando Carvalho em 1937.

Figura 1 - Ocorrências da expressão "rio da unidade nacional" por década



¹ Hemeroteca Digital/BN – Número de coleções de periódicos pesquisadas por década: 1850-1859, 445; 1860-1869, 620; 1870-1879, 967; 1880-1889, 1.578; 1890-1899, 1.351; 1900-1909, 887; 1910-1919, 901; 1920-1929, 777; 1930-1939, 646; 1940-1949, 383; 1950-1959, 363; 1960-1969, 251; 1970-1979, 211; 1980-1989, 161; 1990-1999; 74.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

A coleção *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, iniciada em 1931, se propunha a publicar obras relevantes para os “estudos brasileiros”, tratando de temas ligados à formação histórica e social do Brasil (SOUZA, 2009, p. 285; VENÂNCIO; FURTADO, 2013, p. 7). A publicação do livro nesta coleção, portanto, foi resultado de reflexões anteriores sobre o papel nacional atribuído ao São Francisco. De fato, a expressão que dá título ao livro de Orlando de Carvalho e se tornou epíteto do São Francisco sintetiza um conjunto de ideias articuladas por historiadores e engenheiros entre as décadas de 1900 e 1930.

Os historiadores João Ribeiro e João Capistrano de Abreu, em seus estudos sobre a formação histórica do Brasil, tiveram um papel central no estabelecimento da ligação entre o São Francisco e a nação. Em *História do Brasil*, publicado em 1901, João Ribeiro discutiu os “focos de irradiação da cultura e civilização (sic) do país” (2014, p. 16). O historiador sergipano afirmou que o São Francisco era o centro do “Brasil brasileiro” e o “grande caminho da civilização brasileira” devido ao seu papel como rota fluvial pelo interior. Essa rota permitiu a expansão pecuária e ligação com os distritos de mineração (RIBEIRO, 2014, p. 127). De maneira similar, em *Capítulos de história colonial*, de 1907, e *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, de 1930, Capistrano de Abreu apontou a interiorização como o grande fator de formação do Brasil e distinção em relação à civilização portuguesa da costa. Na leitura de Capistrano, o São Francisco e a Caatinga desempenharam um papel fundamental na interiorização por proporcionarem as condições ambientais para o avanço da pecuária pelos sertões (ABREU, 1930, p. 115, 1998, p. 133).

Se os historiadores estavam preocupados em construir a história da formação da nação, alguns engenheiros contemporâneos pensavam a sua transformação física. Um dos expoentes da associação entre o passado da nação, sua transformação, e o rio São Francisco foi o engenheiro civil Vicente Licínio Cardoso, que viajou pelo São Francisco em 1921. Em 1923, Cardoso proferiu a palestra “O rio São Francisco. Rio sem história” na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro. Dois anos depois, apresentou o “Rio São Francisco: base física da unidade do Império” no Instituto Histórico e Geográfico de São

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

Paulo. Ambas as palestras foram influentes no debate sobre o rio e mais tarde publicadas pela Companhia Editora Nacional (CARDOSO, 1938).

Licínio Cardoso promoveu, na década de 1920, a interpretação que associou o São Francisco à integridade territorial do Império. Em seu ensaio de 1923, o engenheiro comparou a manutenção da integridade territorial do Brasil independente com a fragmentação das colônias espanholas e afirmou que não foi a unidade linguística e religiosa que manteve o Brasil como um só país independente. Teria sido, na verdade, o São Francisco o grande provedor da “base física” que se opôs a inúmeras forças centrífugas que poderiam ter levado à fragmentação territorial. A monarquia brasileira manteve a integridade territorial porque ela pôde contar com o “*tablado geográfico* dentro do qual fora feita a união dos centros básicos, de norte a sul, mal unidos e mutuamente mal amparados ao longo da costa imensa sem ligações estáveis” (CARDOSO, 1938, p. 54). E Licínio Cardoso foi além, argumentando que apesar do rio ter tido tão importante papel na formação da nação, a república teria abandonado o rio e seu vale, não se dedicando ao “zelo e a melhoria daquela grande dádiva [o São Francisco], que a natureza nos legou sem avareza”, e que teria sido a própria garantia da manutenção do território nacional (CARDOSO, 1938, p. 48). Com isso, o rio São Francisco mereceria especial atenção para a transformação do ambiente e a utilização máxima de todos os potenciais do rio em benefício da nação. E a nação, por sua vez, não poderia medir esforços para desenvolver a região que lhe dera forma.

Elaborando sobre o que chamou “função histórica” do São Francisco, Vicente Licínio Cardoso citou as teses de Capistrano de Abreu e João Ribeiro. Porém, foi a Euclides da Cunha que Vicente Licínio Cardoso atribuiu a base de sua tese sobre a função histórica do São Francisco (CARDOSO, 1938, p. 51–52). Em um famoso trecho de *Os sertões*, Euclides da Cunha depositou no sertanejo mestiço habitante dos interiores do Brasil, no vasto espaço entre as cabeceiras dos rios Parnaíba e do São Francisco, a formação de uma “rude sociedade, incompreendida e olvidada” que era o “cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, 1905, p. 99).

Portanto, para Licínio o fundamento da conexão entre o rio São Francisco e seu vale com a nacionalidade e a unidade política do Brasil estava no entendimento de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

Euclides da Cunha sobre o sertão e os sertanejos. No entendimento do também engenheiro e escritor Euclides da Cunha os sertanejos eram extremamente adaptados ao ambiente desafiador e seco. Por outro lado, essa adaptação impedia o surgimento do ímpeto de transformação do ambiente para melhor servir ao padrão de vida moderno. Na visão de Euclides da Cunha, portanto, a adaptação do sertanejo ao meio o teria mantido fora do tempo, como “retrógrado”, sujeitos “anacrônicos”, entregues à subsistência (ANDERSON, 2008; CUNHA, 1905, p. 93–148). Desta visão se segue a defesa do engenheiro Euclides da Cunha, em suas reflexões sobre a destruição do arraial de Canudos, da necessidade da transformação ambiental através da capacidade da engenharia, em particular em termos do controle hidráulico como solução para o “atraso” dos sertanejos. O sertanejo seria, então, a origem da nação, mas uma nação atrasada e em ruínas, que precisa ser integrada ao projeto nacional modernizador, que levaria, paradoxalmente, ao fim do sertanejo (URIARTE, 2019, p. 222–241). De maneira similar, defensores da grande transformação hidrológica do São Francisco nas décadas de 1940 e 1950, argumentaram que o rio deveria ser salvo e redimido pela nação pela construção de barragens de regularização e geração de hidroeletricidade, e irrigação em larga escala (COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1950; ROCHA, 2004).

Os historiadores e engenheiros da república elaboraram um entendimento sobre o rio que foi sintetizado por Orlando Carvalho no epíteto “rio da unidade nacional” e que difere do entendimento do período Imperial, que via no são franciscano a anti-nação. No entendimento contido na expressão “rio da unidade nacional”, o povo do vale do São Francisco e arredores é o cerne da nacionalidade. Porém, pobre e atrasado, vive da subsistência proporcionada pelo rio que teria formado a nação. Desta maneira, transformar o rio equivaleria a transformar a nação. O controle do regime hidrológico do rio, como proposto pelo *Plano geral para o aproveitamento econômico do vale do São Francisco* da Comissão do Vale do São Francisco (1950), permitiria a geração de hidroeletricidade, irrigação em larga escala, e navegação por todo o ano. Isso modernizaria os sertanejos e, portanto, a nação.

A ideia de que o São Francisco é o rio da unidade nacional teve importante papel na elaboração de políticas para a região franciscana na década de 1940. No período, foram

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

estabelecidas a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em 1945; o dispositivo constitucional que garantia por 20 anos a reserva de 1% da arrecadação nacional de impostos para investimento no vale do São Francisco, em 1946 (Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 29); a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948; e, já em 1950, um plano geral de desenvolvimento econômico regional baseado no controle hidrológico do São Francisco.

Com a queda do Estado Novo e o retorno dos debates parlamentares, as ideias sintetizadas no epíteto “rio da unidade nacional” ofereceram poderosa base comum para diferentes atores envolvidos nas questões relativas ao São Francisco no Legislativo, facilitando a formação de consenso sobre a transformação do vale do São Francisco. Em sua análise das políticas de desenvolvimento para o nordeste brasileiro, o economista Albert Hirschman sugere que o principal argumento utilizado nos debates parlamentares de 1946 sobre a criação do artigo constitucional foi o caráter nacional do rio, em vez de uma avaliação clara dos objetivos e métodos do desenvolvimento regional (HIRSCHMAN, 1973, p. 52).

Parlamentares dos principais partidos (UDN, PSD, e PCB), bem como técnicos que depuseram perante a Comissão Parlamentar Especial do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco frequentemente recorreram ao caráter nacional do rio como argumento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1963a, b). Este argumento facilitou, principalmente, a justificativa do investimento federal em grande escala, garantido pela constituição, em uma região específica do país, algo até então precedido somente pela experiência da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (HIRSCHMAN, 1973, p. 47).

Nos debates parlamentares que resultaram no desenho institucional que objetivou transformar o São Francisco em um recurso nacional, o papel das elites locais e sua articulação das ideias contidas no epíteto “rio da unidade nacional” em favor de investimento público na região foi relevante. O principal proponente da emenda constitucional do São Francisco foi Manoel Novais, deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) do estado da Bahia, onde era também proprietário de terras. Em seu discurso mais contundente sobre a proposição, trouxe à tona os argumentos de Vicente Licínio Cardoso, e afirmou que o rio e o vale que tinha dado ao Brasil sua unidade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

territorial, política, e econômica precisava ser “redimido” do subdesenvolvimento e subaproveitamento de suas riquezas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1963a, p. 14–18; PAULA, 2015). O deputado Manoel Novais viria a exercer grande influência nas atividades da Comissão do Vale do São Francisco até a década de 1960, fato que lhe rendeu a alcunha de “vice-rei do São Francisco”.

Já o deputado Medeiros Neto (PSD-AL), natural de Traipú às margens do São Francisco alagoano, foi também influente nos debates da assembleia constituinte de 1946 e depois membro da Comissão Parlamentar que elaborou a proposta da criação da Comissão do Vale do São Francisco para coordenar os esforços de planejamento regional. Em 1941, Medeiros Neto publicara *História do São Francisco*, no qual ele considera que “a história desse rio é a história dos destinos da Nação”. Ele associa também a “mestiçagem” do vale do São Francisco à formação do tipo nacional: “Amalgamados, pelos laços duma construção genética, estes três tipos vitais [o negro, o “selvícola”, e o branco] oferecem o espécime racial: o filho do Brasil, mameluco, cafuso, ou caboclo” (NETO, 1941, p. 3–4). As teses de Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Licínio Cardoso, Euclides da Cunha, e Orlando de Carvalho são amplamente aproveitadas no livro de Medeiros Neto.

Nas décadas de 1930 e 1940, um dos mais influentes defensores de um plano de desenvolvimento regional para o vale do São Francisco foi Antônio Geraldo Rocha Filho. Sua trajetória ilustra a articulação entre interesses locais, a relação direta com o rio São Francisco e seus afluentes, e considerações sobre o seu papel nacional. Engenheiro, jornalista, dono de terras e homem de negócios nascido na cidade ribeirinha de Barra, Bahia, em 1881, Geraldo Rocha era filho de Antônio Geraldo Rocha e Custódia Mariani. Da cidade de Barra, a família se mudou para Barreiras, Bahia, às margens do Rio Grande, um dos principais afluentes da banda esquerda do São Francisco. Em Barreiras, a família adquiriu terras e acumulou poder político (“Ineditoriais Barreiras”, 1903a; “Ineditoriais Barreiras”, 1903b). Mais tarde, Geraldo Rocha Filho se mudou para Salvador, onde se formou em engenharia pela Escola Politécnica da Bahia. Depois trabalhou para Percival Farquhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e nos negócios do empreendedor norte-americano na cidade do Rio de Janeiro. Neste período, Geraldo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

Rocha viajou à África, onde conheceu os sistemas de irrigação implantados pelos ingleses no rio Nilo, e pelos franceses no Níger (ROCHA, 2004, p. 9–14).

Entre o final da década de 1910 e os anos 1920, Geraldo Rocha circulou entre as elites da capital nacional e ganhou status social entre a influente comunidade baiana estabelecida no Rio de Janeiro, sendo diretor do jornal *A Noite*, e depois da Empresa de Armazéns e Frigoríficos do Cais do Porto, que exportava carne para a Europa (“A Empresa de Armazéns e Frigoríficos do Caes do Porto”, 1918; “Pela elevação política da Bahia”, 1921; “Quem é Epitácio Pessoa”, 1920). Ainda em 1920, Geraldo Rocha fundou a *Sertaneja S.A.*, empresa de agricultura e pecuária, com terras em Barreiras, Angical, e Cotegipe, próximas ao Rio Grande. Com modernas instalações para salgar a carne em Barreiras, Rocha visou os mercados consumidores além do estado da Bahia (“Homens do norte”, 1921; ROCHA, 1942). Porém, a conexão de Barreiras com o resto do país, e até mesmo com Salvador, distante quase 1.000km, era precária e custosa, refém das dificuldades de navegação ainda existentes nos rios Grande e São Francisco. Geraldo Rocha chegou a arrendar do estado os direitos sobre a Companhia Baiana de Navegação do São Francisco, visando modernizar a sua frota de vapores (CALMON, 1926, p. 256). Além disso, investiu em plantações de arroz e cultivo irrigado de cana-de-açúcar em Angical, bem como geração de pequenas quantidades de hidroeletricidade para abastecer as bombas de irrigação e as instalações da *Sertaneja S.A.*, acreditando na capacidade da irrigação, da oferta de energia e de capital industrial de transformar o sertão em uma área de grande produtividade (ROCHA, 2004, p. 11). Já bem estabelecido nos círculos sociais da elite política e econômica a nível nacional, Geraldo Rocha se aproximou do governo de Getúlio Vargas após o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, e sua “Marcha para o Oeste”, e esteve em contato pessoal com o presidente e o Ministro da Agricultura, Apolônio Sales.

Em 1940, Geraldo Rocha publicou *O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil* (2004). Como sugerido já no subtítulo do livro, Geraldo Rocha abraçou as ideias sobre a função histórica do São Francisco que vinham sendo elaboradas desde o início do século XX e foram sintetizadas no epíteto “rio da unidade nacional”. Na visão de Geraldo Rocha, a função histórica do São Francisco justifica um esforço

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

nacional de intervenção em uma região específica e sobre um grupo populacional – os sertanejos – que sintetizavam a nação.

Baseado em Euclides da Cunha, Geraldo Rocha considerava que o ambiente físico era o fator determinante dos traços do habitante típico dos sertões, e os sertanejos eram a base da nacionalidade, ainda que atrasados. Porém, ele atribui também aos habitantes do vale do São Francisco um potencial digno de investimento:

“Eis o são franciscano. Tenaz, sóbrio, resistente, habituado a lutar contra a natureza, afrontando secas e inundações; vencendo caatingas ressequidas para salvar seus rebanhos, constituindo assim uma raça forte, que alimentada pelo solo calcário, por hábito ictiófagos e por um sol vivificante, revela qualidades de energia e inteligência raramente encontradas em outras regiões com tal profusão” (ROCHA, 2004, p. 61).

Vale notar que se Rocha se aproxima de Euclides da Cunha na leitura do sertanejo como cerne da nacionalidade, ele se afasta do cronista de Canudos ao afirmar a “luta” do são franciscano “contra a natureza”, e não sua excessiva adaptação ao meio que resultava no atraso. Em ambos os casos, porém, a transformação em larga escala da natureza pela ação do homem aparece como remédio para a refundação da nação moderna. A visão dos sertanejos como “civilizáveis” vinha ganhando popularidade entre setores da intelectualidade nacional desde 1910, a partir dos trabalhos dos sanitaristas do Instituto Oswaldo Cruz, que defendiam que educação e obras de saneamento poderiam resolver muitos dos problemas atribuídos à região, escapando assim dos determinismos raciais (BUCKLEY, 2010, p. 390).

Geraldo Rocha, talvez de maneira mais precisa do que seus antecessores, articulou a leitura do passado do São Francisco como formador da nação com o entendimento da transformação ambiental da região a partir de grandes obras de engenharia para construir a nação do futuro:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

O fato incontestável é ser o nordestino² o fator humano mais eficiente com que pode contar a nacionalidade brasileira. Lá persistem os resultados dos primeiros cruzamentos que dominaram os sertões e lançaram os alicerces da nacionalidade. Esta sub-raça jaz em estado de letargia desde os albores da independência até hoje, espalhando de onde em onde alguns dos seus rebentos para abrir cafezais em São Paulo, Paraná e Mato Grosso, explorar garimpos ou devassar florestas do Amazonas, desbravar o Acre e ampliar as fronteiras da pátria. Dia virá em que, obedecendo as lições da natureza, o São Francisco será domado; os seus travessões de pedra naturais, reestabelecidos e aumentados; os seus afluentes, represados, transformando-se em amplos reservatórios de compensação; a energia de suas cachoeiras, aproveitada; o seu vasto vale, irrigado e trabalhado pela máquina, constituindo a região nordestina um dos centros mais fecundos da terra. As comunicações com o oceano, facilitadas por um regime inteligente de eclusas, as sobras das enchentes, armazenadas, o volume da corrente normalizado, o São Francisco será o celeiro do mundo. Caberá então à nossa sub-raça o papel de adaptar a região, preparando-a para acolher elementos alienígenas que nos procurem, assimilando-os aos nossos costumes, impondo-lhes a nossa língua e constituindo o grande Brasil de amanhã (ROCHA, 2004, p. 62).

O livro de Geraldo Rocha inclui o esboço de um plano de desenvolvimento regional que se baseava na construção de represas multipropósito: geração de eletricidade, reservatório para irrigação e regularização da vazão do rio. Essas represas alimentariam a irrigação de toda a terra mecanizável do vale do São Francisco e forneceriam eletricidade para a industrialização da região. Eclusas nas represas transformariam o São Francisco, com a vazão regularizada, em uma moderna e estável hidrovia para escoamento da produção (ROCHA, 2004, p. 261–268). Esse plano e suas expectativas, em essência se não nos detalhes, apareceram depois também no *Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do São Francisco*, elaborado pelos técnicos da Comissão do Vale do São Francisco (1950).

Para Geraldo Rocha, essa transformação em larga escala do vale do “rio da unidade nacional” requeria uma entidade burocrática especial, capaz de “superintender

² Rocha alterna o uso das palavras “sertanejo” e “nordestino” ao longo do livro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

ditatorialmente” os serviços, e, tal qual a *Tennessee Valley Authority*, em sua visão, manter-se protegida das influências dos estados federados e da instabilidade dos gabinetes ministeriais (2004, p. 279). No discurso de abertura dos debates sobre a emenda constitucional do São Francisco, em 1946, Manoel Novaes reproduziu as ideias de Geraldo Rocha para os constituintes, incluindo sua reflexão sobre a função histórica do São Francisco, bem como seu papel no futuro da nação moderna. Além disso, o próprio Rocha foi o primeiro convocado para os debates na Comissão Especial do São Francisco na Câmara dos Deputados, em 12 de novembro de 1946, quando ele expôs as ideias do livro para os deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1963a, p. 55–74).

O epíteto “rio da unidade nacional” sintetizou ideias elaboradas ao longo das décadas 1900 a 1930 por historiadores e engenheiros. Estes engendraram um entendimento do rio que o atribuía uma função histórica na formação da nação existente, e um papel na construção da nação futura e modernizada. A construção do entendimento do São Francisco como “rio da unidade nacional” incluiu uma mudança no paradigma racial – da anti-nação de negros, indígenas, e mestiços do período imperial, a região do São Francisco se tornou o berço da nação, do brasileiro tipicamente miscigenado. Juntava-se, assim, a natureza – o rio e seu ambiente – e o povo da região como metonímia e metáfora da nação. Tanto o rio, como seu povo, e, portanto, a nação, precisavam e mereciam a ação do estado para se modernizarem e assim fazer do “rio da unidade nacional” não apenas sua função histórica, mas também sua função futura marcada pela irrigação, a hidroeletricidade e o transporte hidroviário.

Referências

A Empresa de Armazéns e Frigoríficos do Caes do Porto. *Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, jun. 1918.

ABREU, João Capistrano De. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1930.

ABREU, João Capistrano De. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANDERSON, Mark D. From Natural to National Disasters: Drought and the Brazilian Subject in Euclides da Cunha’s *Os Sertões*. *Hispania*, v. 91, n. 3, p. 547–557, 2008.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

ARAÚJO, Manoel Alvares De. Relatório da Viagem de Exploração dos Rios das Velhas e S. Francisco feita no Vapor Saldanha Marinho por Francisco Manoel Alvares de Araújo. *Relatorio Apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Francisco do Rego Barros Barreto*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1872. .

Bibliotheca publica: obras adquiridas durante o mez de setembro. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 out. 1938.

BRASIL, Vanessa Maria. O rio são francisco: a base física da unidade nacional do Império. *Revista Mosaico*, v. 1, n. 2, p. 133–142, 2008.

BRASIL, Vanessa Maria. Rio da terra. Rio histórico. Rio santo. Caminho de água. Estrada fluvial. Nilo brasileiro. Rio da unidade nacional. Rio da integração regional. Afinal, quem é você? In: BRASIL, VANESSA MARIA; SILVÉRIO GANDARA, GERCINAIR (Org.). *Cidades, Rios e Patrimônio: memórias e identidades beiradeiras*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010. p. 15–44.

BUCKLEY, Eve Elizabeth. Drought in the sertão as a natural or social phenomenon: establishing the Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, 1909-1923. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, n. 2, p. 379–398, 2010.

CALMON, Francisco Marques de Goes. Viação do São Francisco. *Mensagem Apresentada pelo Exm. Sr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, governador do Estado da Bahia, à Assembleia Geral Legislativa*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1926. .

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Documentos Parlamentares: Plano de Valorização Econômica do Vale do São Francisco*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1963a. v. I.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Documentos Parlamentares: Plano de Valorização Econômica do Vale do São Francisco*. [S.l.]: Câmara dos Deputados, 1963b. v. II.

CARDOSO, Vicente Licínio. O Rio São Francisco, rio sem história. *À Margem da História do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 25–56.

CARVALHO, Orlando M. *O Rio da Unidade Nacional: o São Francisco*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. *Plano Geral Para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950.

CUNHA, Euclides Da. *Os sertões*. 3a. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C., 1905.

GANDARA, Gercinair S. Fontes Para Mirar os Rios Parnaíba e São Francisco sob Perspectiva da História Ambiental. 2011, São Paulo: ANPUH, 2011.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

- GANDARA, Gercinair S. Rio Parnaíba e São Francisco: fascínio dos viajantes e racionalidade dos técnicos. *Revista Labor e Engenho*, v. 7, n. 1, p. 43–58, 2013.
- HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio de São Francisco Desde a Cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlântico*. Rio de Janeiro: E. Rensburg, 1860.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Journeys Toward Progress: Studies of Economic Policy-Making in Latin America*. New York: W. W. Norton & Company, 1973.
- Homens do norte. *Bahia Ilustrada*, n. 34, 1921.
- Ineditoriais Barreiras. *Correio do Brasil*, Barreiras, 27 nov. 1903a. , p. 3.
- Ineditoriais Barreiras. *Correio do Brasil*, Barreiras, 30 nov. 1903b. , p. 2.
- LACERDA, Carlos. O São Francisco, esse desconhecido. *Diretrizes: política, economia, cultura*, jun. 1938.
- Livros novos. *A Razão*, Fortaleza, 26 nov. 1937. , p. 5.
- LUNA, Jairo Nogueira. Ações do Império no Velho Chico: A Fundação de Petrolina, a Navegação no Rio São Francisco e o Projeto de Transposição de José Bonifácio. *Revista Diálogos*, p. 208–223, 2014.
- MEDEIROS, João Paulo De. Discurso de posse do sócio efetivo Dr. João Paulo de Medeiros. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, v. 46, p. 85, 1939.
- Navegação no São Francisco. *O Observador Econômico e Financeiro*, jun. 1938.
- NETO, Medeiros. *História do São Francisco*. Maceió: Casa Ramalho Editora, 1941.
- OLIVEIRA, Gabriel Pereira De. “Basta olhar para o mapa”: cartografia e história ambiental nas disputas pelo rio São Francisco em meados do século XIX. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC): revista de la Solcha*, v. 5, n. 1, p. 57–72, 2015.
- PAULA, Dilma Andrade De. O debate parlamentar na criação da Comissão do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco (1946-1948): significados da atuação de Manoel Novais. 2015, Florianópolis: ANPUH, 2015.
- Pela elevação política da Bahia. *Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, maio 1921.
- Quem é Epiácio Pessoa. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1920.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UNB, 2014.
- ROBERTS, W. Milnor. *Relatorio de W. Milnor Roberts Engenheiro Chefe da Comissão Hydraulica sobre o Exame do Rio S. Francisco Desde o Mar até a Cachoeira de Pirapora*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.
- ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: Fator Precípua da Existência do Brasil*. São

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Seara alheia. *O Estado*, Curitiba, 10 nov. 1937. , p. 2.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. Informação, ou Descrição Topographica e Política do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, , n. 62, p. 3–155, 1936.

SOUZA, Márcio Ferreira De. Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Mercado editorial. Interpretações do Brasil. *Revista Iluminart do IFSP*, v. 1, n. 3, p. 283–290, 2009.

URIARTE, Javier. *The Desertmakers: Travel, War, and the State in Latin America*. New York: Routledge, 2019.

VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasiliana & história geral da civilização Brasileira: Escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972). *Tempo e Argumento*, v. 5, n. 9, p. 5–23, 2013.

ZEISLER-VRALSTED, Dorothy. *Rivers, Memory and Nation-Building*. New York: Berghahn Books, 2015.